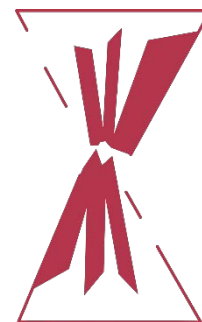


***Em busca da tradição: análise de visões de patrimônio dos intelectuais Mário de Andrade e Gustavo Barroso***

***Searching for tradition: an analysis about the visions of patrimony in Mário de Andrade e Gustavo Barroso***



FUJIKAWA, Mariana\*

**RESUMO:** As décadas de 1920-1930 no Brasil foram marcadas pelo início das políticas voltadas para a preservação do patrimônio. Nele existiam duas correntes que diferiam sobre a ideia do que seria preservado. Numa delas havia o entendimento de patrimônio como algo voltado para as manifestações populares. Esta linha de pensamento era endossada por Mário de Andrade. Na segunda corrente, entendia-se como patrimônio o legado dos grandes feitos e heróis nacionais. Foi neste contexto político que o primeiro curso de Museologia do Brasil foi idealizado por Gustavo Barroso. No ano de 1932 o curso foi aberto por Rodolfo Garcia no Museu Histórico Nacional. O objetivo deste artigo é apresentar as diferentes ideias de tratamento de patrimônio da época de forma a promover um debate das influências dessas visões na formação dos primeiros profissionais de museu.

**PALAVRAS-CHAVE:** Museu Histórico Nacional; Patrimônio; Gustavo Barroso; Mário de Andrade.

**ABSTRACT:** The decades of 1920-1930 in Brazil were marked by the beginning of politics that aimed to preserve the patrimony. There were two perspectives that differed about that idea. In one of them, it was understood that the patrimony was focused on the popular manifestations. Mário de Andrade supported this line of thought. In the second perspective, the patrimony was view as the legacy of the great deeds and national heroes. It was in this context that Gustavo Barroso idealized the first class of Museology in Brazil. In 1932 the class was open by Rodolfo Garcia in the National History Museum. The aim of this paper is to present the different views of how to treat the patrimony in a way to debate the influences of those visions in the formation of the first museums professionals.

**KEYWORDS:** National History Museum; Patrimony; Gustavo Barroso; Mário de Andrade.

*Recebido em: 07/10/2019  
Aprovado em: 24/11/2019*

---

\* Graduada em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, estado do Paraná (PR), Brasil. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, Curitiba (PR). Bolsista CNPq. E-mail: mari.fujikawa97@gmail.com.

## Introdução

A formação de profissionais para atuarem na área de museus no Brasil teve início com a necessidade de se formar pessoas qualificadas para realizarem as tratativas técnicas dos acervos do Museu Histórico Nacional (doravante MHN) (COELHO, 2015). Entretanto, o projeto do primeiro Curso de Museus do Brasil está atrelado não somente à história do MHN – fundado em 1922 – mas também aos próprios debates que envolvem o entendimento em relação a qual seria este patrimônio preservado pelos museus.

Neste sentido, boa parte da história do MHN esteve ligada à ideia de se preservar a memória dos “heróis nacionais” e dos grandes feitos da nação. Entretanto, a partir das mudanças de perspectivas e de entendimento sobre História e Museu foi que, no fim da década de 1960, o Museu Histórico Nacional passou a reformular seu circuito de exposições, desmontando salas que eram dedicadas aos “grandes homens” da história brasileira. Em seu lugar, o MHN passou a dedicar-se a mostrar a história dos grandes ciclos. Assim, os grandes personagens perderam seu caráter de exemplaridade, e o museu recaiu em uma lógica evolutiva de sucessão dos períodos. Rompia-se, então, com o modelo de museu que perdurara por mais de 40 anos (ROCHA, 2018).

Apesar dessa transformação da história dos “grandes homens” para a história dos processos estruturais, percebemos que ainda assim o MHN permanecia vinculado a ideias de história que não eram plurais e viam diversos personagens como passivos e não como agentes históricos. Esta perspectiva estava intimamente ligada às ideias de seu período e, em certa medida, se refletia na instituição, nas suas ações, bem como no entendimento de museu que havia naquele período.

Na atualidade, a visão de museu se transformou, e novas reflexões trazidas no campo da Museologia se apresentaram para essa mudança de paradigma. Neste sentido, os debates remetem à década de 1960 e aos entendimentos de Stránský e Gregorová da Museologia enquanto estudo do Homem com a Realidade; e de Waldisia Russio, na década de 1980, que entendia a Museologia enquanto o estudo do “fato museal”, “[...] a relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece e o Objeto, parte da Realidade à qual o Homem também pertence e sobre a qual tem o poder de agir” (RUSSIO, 1984, p.62). A Museologia, neste sentido, se apresentava como uma disciplina em construção.

No século XIX, a visão do que era história estava atrelada ao político, aos grandes homens e grandes acontecimentos. Como afirma Foucault (1998), essa história tradicional acreditava na neutralidade do historiador e procurava alcançar a verdade dos acontecimentos. Essa verdade seria encontrada somente nos documentos considerados oficiais, ou seja, seriam fontes escritas de autoria de pessoas vistas como relevantes. No

entanto, houve críticas a essas concepções historiográficas e assim houve uma abertura da história, principalmente com a Nova História (BLOCH, 2002). A partir disso, entende-se que a história não é neutra. Há, com isso, um alargamento do que é considerado fonte e uma expansão de quem seria considerado um sujeito histórico.

No momento presente, nota-se que os agentes de museu - impactados também por esse diálogo com as novas concepções do que entraria para a História - alargaram suas concepções acerca de quem pode fazer parte do circuito do museu. Mulheres, indígenas, negros e negras, trabalhadores e trabalhadoras, pessoas da periferia... O museu se torna mais plural e abrange mais histórias.

No caso do MHN, havia, em sua criação, a ideia de que somente alguns sujeitos poderiam participar da história da nação. Essa era a ideia engendrada por Gustavo Barroso, mas é importante afirmar que existiam outras concepções de patrimônio nesse mesmo período. Uma dessas visões é a de Mário de Andrade, que apontava para uma visão patrimonial mais plural e menos excludente.

Dessa forma, este artigo visa tratar essas diferentes e conflituosas visões de patrimônio, assim como busca tratar do surgimento do Curso de Museus no MHN e de como essa criação estava atrelada com o contexto do momento.

### **Pensando a nação e o patrimônio**

Desde o fim do século XIX houve uma procura pela criação de uma identidade nacional. Essa identidade coletiva englobaria os ideais de “progresso” e “civilização”. Isso porque preocupavam-se – tanto o Estado quanto os intelectuais – em afirmar que o Brasil era um local desenvolvido, moderno.

Nesse sentido, afirma Manoel Guimarães (1988) que desde o século XIX há uma preocupação com o pensar a história. O discurso historiográfico ganhou, nesse momento, aspectos de cientificidade e o historiador adquiriu o caráter de pesquisador. Esse pesquisador passou, então, a pensar no processo da gênese da nação brasileira. Assim, a ideia de que o Brasil seria representante da civilização no Novo Mundo foi criada pelos historiadores e a nação brasileira, ressalta esse mesmo autor, foi inserida em uma tradição de progresso.

Dessa forma, existia a concepção de uma história que seria ininterrupta, contínua, como ressalta Ribeiro (2011). Isso era respaldado pela ideia de que a nação seguia em marcha para a civilização e o progresso. Essa marcha seria marcada principalmente pelos grandes exemplos do passado e pelos eventos políticos considerados como mais

relevantes. Tal como a Independência, que, como afirma Callari (2001), marca o nascimento do Brasil e da República.

Além disso, como nos lembra Ribeiro (2011), no século XIX houve a ascensão de uma concepção de história que se preocupava com a crítica documental, com a verdade e a neutralidade. Esses aspectos eram reforçados pela ideia do pensador e orador romano Cícero (1988): história mestra da vida, que afirmava que a história devia ser um repertório de exemplos jurídicos, políticos e éticos. Assim, a memória que os historiadores brasileiros criaram para unir a nação foi baseada em grandes homens do passado.

Com uma preocupação de âmbito nacional, essa noção não poderia se restringir a uma parte do país. Guimarães (1988) afirma que do Rio de Janeiro as luzes deveriam se expandir às outras províncias. Esse nacionalismo buscava, como afirma Lilia Schwarcz (1998), destacar uma memória.

Percebemos a preocupação dos intelectuais com uma construção de uma identidade. Essa seria construída pela criação de memórias de grandes personagens e fatos políticos. Isso por meio de dispositivos como discursos, memoriais, bustos, patrimônios e museus. Nesse sentido, como comenta Cury:

Museologia e memória: a memória não está pronta. É um processo em constante construção, construção esta que se dá no presente, interpretando o passado. Nesse encontro, discutiu-se o papel e a participação dos museus na construção da memória e os museus como lugares de memória. (CURY, 2005, p. 55)

Assim, além da participação dos intelectuais na criação de memórias, percebemos, também, a importância de instituições como os museus para a realização dessa.

### **Patrimônio e a Construção da Nação: tradição x popular**

Nas décadas de 1920 e 1930 havia um caráter de urgência em se pensar o nacional no Brasil e, nesta empreitada, participaram intelectuais que atuaram enquanto mediadores simbólicos nas políticas de patrimônio destes períodos. Em meio aos debates, havia o conflito entre diferentes entendimentos da noção do que seria o nacional.

Neste cenário, a figura de Mário de Andrade teve papel de destaque. Sua atuação junto ao Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e na formulação do anteprojeto de lei que daria base para criação do Decreto Lei n. 25 de 30 de novembro

1937 – que institui o tombamento dos bens históricos e artístico nacionais e a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>1</sup> – revela um pouco da trajetória do intelectual enquanto agente do poder na promoção do patrimônio histórico e artístico no Brasil (CHUVA, 2012).

A ideia de patrimônio cultural de Mário de Andrade estava assentada na visão de algo distanciado de um passado glorioso e mais próximo de sua época. Ao mesmo tempo, ela se distanciava, ainda, das grandes metrópoles e voltava seus olhos para o tradicional. Em outras palavras, o patrimônio brasileiro, para ele, seria aquilo que estaria presente na cultura popular e no folclore. Neste sentido, Chuva comenta qual seria a matéria-prima a ser recuperada como referência para a ideia de patrimônio de Mário de Andrade:

Não um passado que não existe mais, mas justamente a existência, nesse imenso Brasil, de diferentes temporalidades, encontradas por ele em suas missões ao interior do Brasil, distante de São Paulo ou das grandes cidades; distante das elites e da sua erudição europeia e bastante próximo do popular, encontrado no próprio tecido social, a ser apreendido por meio do que vem do olhar, do escutar, do saborear, do conversar (CHUVA, 2012, p. 153).

Neste sentido, Mário de Andrade considerava importante para a construção da nação brasileira as buscas por suas raízes nas tradições. Desta forma, ele foi um importante nome em pesquisas realizadas durante os anos de 1936 a 1938, que visavam constituir um inventário do folclore brasileiro, dando subsídios para a criação da Comissão Nacional do Folclore<sup>2</sup>. Logo, a visão desse patrimônio idealizado pelo intelectual abrangia não somente bens materiais, mas também imateriais. É interessante comentarmos, também, que Barroso possuía uma proposta de criar um museu ergológico. Nele, afirma, haveria uma suposta “alma da nacionalidade”, pois o intelecto estaria situado em outro lugar: que seriam as classes superiores e o Estado que as comandava. Dessa forma, o folclore fazia parte, na visão de Barroso, da constituição de um “grande Brasil”, em que cada detalhe seria a parte de um todo maior (BARROSO, 1945). Porém, ainda que o folclore fosse parte da nação, o próprio autor comenta que ele

---

<sup>1</sup> Atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

<sup>2</sup> “No Brasil, uma ampla movimentação em torno do folclore e da cultura popular iniciou-se na década de 1950, reunindo nomes como Cecília Meireles, Câmara Cascudo, Gilberto Freyre, Artur Ramos, Manuel Diégues Júnior, Renato Almeida entre tantos outros. O país de então orgulhou-se de ser o primeiro a atender à recomendação da UNESCO, criando uma comissão para tratar do assunto – a Comissão Nacional do Folclore, no Ministério do Exterior. No contexto do pós-guerra marcado pela preocupação internacional com a paz, o folclore era visto como fator de compreensão e incentivo à apreciação das diferenças entre os povos. O conjunto das iniciativas então desenvolvidas foi designado como Movimento Folclórico, implantando diversas Comissões Estaduais de Folclore, algumas atuantes até hoje. Seu apogeu foi a criação, em 1958, da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, no então Ministério da Educação e Cultura. O atual Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, da FUNARTE, com ricos acervos museológicos, fotográficos, sonoros e bibliográficos, é o herdeiro institucional desse movimento” (VILHENA, 1997, p. 69).

não fazia parte do âmbito intelectual do Brasil, sendo que este estaria presente somente nas classes superiores. Dessa forma, podemos perceber algumas aproximações entre Mário de Andrade e Barroso, já que ambos possuíam como proposta a criação de um museu ergológico. Ambos, além disso, consideravam o folclore como constituinte da nação brasileira. Porém, apesar dessas semelhanças, observamos uma distinção entre o que é o folclórico e o que é o racional, para Barroso. Este acreditava que o folclore seria a alma, ou seja, o espírito, aquilo existente no campo do místico, no irracional, no imaginário. O campo concreto, para Barroso, seria o da inteligência, o das classes superiores. A ideia de Mário de Andrade, por sua vez, não apresenta essas dicotomias expressas de forma clara: não há uma oposição entre as classes superiores e o folclore, o racional e o impensável.

A ideia de Mário de Andrade sobre patrimônio era abrangente, e isto se refletia no seu anteprojeto. Ainda assim, algumas de suas principais noções a respeito do patrimonializável foram revisadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade,<sup>3</sup> então Chefe de Gabinete do Ministro dos Negócios da Educação e Saúde Pública e não aparecem no Decreto Lei n. 25/1937. Mário de Andrade, em seu anteprojeto, previa a preservação de crenças, hábitos, cantos, lendas, dentre outros (SALA, 1990), englobando não apenas bens materiais (objetos e monumentos) mas também esses saberes. Porém, este caráter voltado para o patrimônio imaterial foi totalmente retirado do Decreto publicado em 1937, sendo a ênfase dada aos bens materiais e às edificações. A ideia de se preservar um patrimônio imaterial associado aos saberes e fazeres só voltou a ser discutida no Brasil em 1988, com o artigo 216, que delimita que os patrimônios imateriais e materiais são aqueles que possuem referências a identidade, ação, e memória de diferentes grupos. Essa questão é também tratada no Decreto n. 3551 de 04 de agosto de 2000, que equipara a proteção dos patrimônios imateriais aos patrimônios materiais.

Nesta perspectiva, Mário de Andrade também pensava os museus, que, para ele, deveriam se dedicar à sua função educativa, uma vez que o processo de preservação do patrimônio cultural estaria associado à alfabetização (CHAGAS, 2015). Assim, diante da atuação de Mário de Andrade nas políticas culturais de sua época, bem como do seu entendimento do que é patrimônio cultural, ele pode ser considerado um mediador simbólico, da mesma maneira que o museu, na forma como ele o pensa, também poderia ser entendido como uma instância de mediação (CHAGAS, 2015).

---

<sup>3</sup> Com a publicação do Decreto-Lei n.25 Rodrigo Melo Franco de Andrade torna-se o primeiro diretor da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Por outro lado, durante a década de 1930 existiam outros entendimentos em relação ao que seria o patrimônio cultural brasileiro, além de qual seria o papel dos museus na difusão da memória.

Neste contexto, Gustavo Barroso, intelectual ligado ao Movimento Integralista, dedicou-se a estudar as questões que envolviam a construção da nação e de seu patrimônio histórico. Barroso concentrou parte de suas pesquisas no campo da história militar e entendia a identidade nacional brasileira como “herança da colonização europeia, no qual o branco, europeu, português, católico, consubstanciariam o elemento civilizador” (DANTAS, 2014, p.41). Parte dessa visão estava presente no seu projeto para o Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro:

Em 1922, sua relação com Epitácio Pessoa lhe garante a direção do recém-inaugurado, Museu Histórico Nacional (MHN). Em seu projeto museológico celebra-se o passado da nação, identificado com o Brasil Império, a atuação das Forças Armadas e da Igreja Católica e o culto às relíquias, objetos históricos que deveriam conduzir as pessoas a ‘um passado que não deveria passar’, um passado que a partir da coleção de objetos tidos como históricos, deveria reabilitar o presente. O MHN seria a materialização da memória, onde o culto à tradição, ligada ao passado, e aos objetos tidos como relíquias, transformariam memórias particulares, locais, individuais, em memória coletiva da nação (DANTAS, 2014, p. 42-43).

Desta forma, a ideia de Barroso para o MHN sobre patrimônio estaria mais atrelada a uma memória de grandes personagens e feitos históricos, de uma memória oficial de um passado glorioso, indo na direção oposta ao entendimento de Mário de Andrade, cuja ideia de patrimônio estava focada no popular. A divergência de ambos intelectuais esbarra, ainda, no próprio entendimento que eles tinham de museus e suas funções, conforme Chagas discute:

Enquanto Gustavo Barroso, criador do Museu Histórico Nacional (1922), pensava o museu como um local destinado a realizar e a ensinar o ‘culto à saudade’, a ‘exaltação da pátria’ e a exaltação do ‘vultos gloriosos’ Mário de Andrade o considerava como espaço de estudo e reflexão, como instrumento capaz de servir às classes trabalhadoras, como instituição catalisadora e ao mesmo tempo resultante da conjugação de forças diversas, como âncora de identidade cultural. Todavia ambos debruçaram-se sobre o problema do nacional e focalizam a dimensão educativa dos museus (CHAGAS, 2015, p.72).

Esses debates em torno do nacional evidenciam uma preocupação crescente com aquilo que seria associado ao passado e às memórias que sustentariam a ideia de nação. Em especial na área da cultura, a interferência do Estado na década de 1930 foi um marco no que se refere às primeiras legislações na área. Dentre elas estão o decreto que eleva Ouro Preto à categoria de monumento nacional (1933), o decreto que organiza o

serviço de inspeção dos monumentos nacionais, com sede no Museu Histórico Nacional (1934), e o decreto-lei n.25 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (1937) (CHAGAS, 2015).

Em meio a esses embates de disputa intelectual pelo campo do patrimônio é que foi fundado o primeiro Curso de Museus do Brasil, o qual, posteriormente, se tornaria o primeiro Curso de Graduação em Museologia do país. A concepção e o currículo deste curso refletem, em grande medida, as ideologias e os entendimentos de uma dessas vertentes de pensamento, seguida por Gustavo Barroso. Desta forma, analisar os entendimentos sobre patrimônio é uma das maneiras de se refletir os processos de formação dos profissionais que atuaram diretamente na área e também com as políticas de memória no país.

### **Tradição x popular**

A memória passa a adquirir lugares históricos a partir de museus, arquivos, associações. Pierre Nora (1993) afirma que quando alguns objetos são valorizados como símbolo de uma comunidade ou como patrimônio, as políticas de patrimônio criam “lugares de memória” para estabelecer identidades coletivas.

Essas identidades coletivas, de acordo com Regina Abreu (1996), estão atreladas ao conceito de Nora de “memória nacional”, na qual os indivíduos revisitam experiências que reforçam laços de identidade. Nesse mesmo sentido, Abreu afirma que no MHN, principalmente no contexto de sua fundação, houve um predomínio do exercício da memória, em especial da nacional.

Nesse momento, os intelectuais que se articulavam para pensar o nacional se preocuparam com a criação de lugares de memória. Assim, Gustavo Barroso afirmava a importância da criação de um museu histórico, o qual seria responsável por resgatar o passado, sendo o local que preservaria os documentos e objetos capazes de manter essa memória nacional. Ele considerava como extremamente importante a escrita de uma história brasileira que fosse vinculada a uma valorização do passado e visava instruir a população sobre a importância da exaltação de fatos e também de personalidades consagradas de nossa história. Assim, o Museu, em sua concepção, deveria contribuir para sacralizar o passado, sendo essencial para construir um sentimento nacional e uma moralização da sociedade. (BARROSO, 1997)

Nesse sentido, foi criado, como afirma Siqueira (2009), o Museu Histórico Nacional em 1922. Gustavo Barroso, o fundador e primeiro diretor do MHN, foi também, de acordo com Abreu (1996), seu principal ideólogo. Este preocupava-se com as noções



de tradição e passado, e para isso buscava obter objetos para o museu que legitimassem um certo grupo social: o da nobreza e fidalguia. Desta forma, Barroso ressaltava a importância do sangue e dos grandes feitos dentro do museu.

Além disso, para o primeiro diretor do MHN mostrava-se presente a concepção de história mestra da vida que, como afirmado, buscava exemplos retirados do passado para que, no presente, servissem de modelos éticos e morais. Assim, havia a busca por um “museu-memória”, como apresenta Abreu (1996). O diretor buscava objetos que despertassem nos indivíduos a lembrança de acontecimentos essenciais para a formação da nação.

Esses acontecimentos deveriam transmitir os valores da civilização para todo o Brasil. Nesse sentido, o museu de história auxiliaria o Estado Nacional em formar cidadãos patrióticos e que se sentissem identificados com a ideia de nação em construção. Porém, devemos nos perguntar se todos realmente se sentiam contemplados pela história retratada no Museu Histórico Nacional.

Como ressalta Abreu (1996), esse museu se tornou uma galeria de histórias e pessoas consideradas como exemplares, as quais seriam reis, ministros do Estado, condes e rainhas; seria, desta forma, um museu das elites. A população economicamente menos favorecida não estava no MHN representada, o que possibilitava que se perguntassem: qual o nosso lugar na nação?

Entretanto, como demonstra Chagas (2015), enquanto Barroso considerava que os museus – em especial o MHN - deveriam colaborar na construção de uma identidade e de uma memória atrelada à exaltação da pátria e dos personagens gloriosos, Mário de Andrade pensava nestes locais como ambientes que deveriam ser espaços de reflexão e estudo. Os museus, na visão de Andrade, deveriam servir não somente a elite, mas também as classes trabalhadoras, sendo esta uma instituição capaz de conjugar e representar forças e grupos sociais diversos. Dessa forma, o projeto de museus de Mário de Andrade buscava englobar uma maior diversidade, fazendo com que mais grupos fossem representados.

## **O Curso de Museus**

Na disputa sobre o entendimento do que seria patrimônio e o papel dos museus dentro desse contexto, a visão de Mário de Andrade se apresentava como mais plural do que a de Gustavo Barroso. Entretanto, no campo dos museus, em especial nos de caráter histórico e artístico, ela não predominou e isto fica mais claro quando analisamos a

trajetória do Curso de Museus<sup>4</sup> (1932) criado dentro do Museu Histórico Nacional. Este curso foi o primeiro do tipo nas Américas e tinha como objetivo formar profissionais para atuarem diretamente na área, o que mostra a preocupação do próprio MHN e de seu idealizador, Gustavo Barroso, tanto com o aspecto educativo da instituição quanto com o estabelecimento de diretrizes que embasassem a formação de um novo campo intelectual especializado, como escreve Faria:

O Museu Histórico Nacional, desde sua criação apresentou em seus projetos a dimensão educativa da instituição, estando comprometido com a educação pública por meio do Culto à Saudade. Uma das ações colocadas em prática foi o Curso de Museus, que visava formar profissionais especializados para o trabalho nos museus, traçando um perfil de diplomados muito singular. Esses, titulados como conservadores de museus, passaram a integrar as instituições museológicas brasileiras e estabelecer uma matriz intelectual do campo dos museus brasileiros (FARIA, 2013, p. 79).

Criado em 1932, inicialmente era um curso técnico com duração de dois anos e foi pensado para suprir as necessidades de técnicos para o próprio MHN. A criação do cargo de Conservador do Museu no MHN já havia sido solicitada por Gustavo Barroso no ano de 1923, sendo que esse funcionário teria como responsabilidade zelar pela conservação dos objetos, assim como coordenar os serviços de limpeza e restauração (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1924 apud SIQUEIRA; GRANATO, SÁ, 2008). Neste sentido, o curso estaria em consonância com o Decreto n. 15.596 de 2 de agosto de 1922, que criou o MHN, e previa, em seu Capítulo VI, um Curso Técnico que supriria as necessidades de mão de obra especializada para três instituições: o Museu Histórico Nacional, o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional (FARIA, 2013). Segundo este decreto, fazia parte da formação no curso

[...] a realização de cursos e conferências públicas pontuais, com caráter instrutivo e educativo, sobre a história da pátria e educação cívica, apresentando sempre que possível projeção ilustrativa e objetos históricos ao público para aprimorar o aprendizado (FARIA, 2013, p. 106).

Ciente do papel do Museu Histórico Nacional frente às políticas nacionais e sua importância no campo educacional, desde o ano de 1935 Gustavo Barroso almejava que o museu tivesse seu nome mudado para “Casa do Brasil”, se utilizando deste conceito em seus discursos junto à imprensa (FARIA, 2013). Este fato mostra como seu diretor estava em consonância com as ideias nacionalistas do período e o Curso de Museus não escapava a esta lógica.

---

<sup>4</sup> Criado pelo Decreto-lei n. 21.129, de 7 de março de 1932.

Sob a direção de Gustavo Barroso durante os anos de 1932 a 1959<sup>5</sup>, o Curso de Museus passou por dois momentos em que teve sua grade curricular repensada. Nos primeiros anos, enquanto curso técnico de 1932 a 1944, o currículo possuía a seguinte estrutura:

1º ano - História Política e Administrativa do Brasil (período colonial), transformada em 1934 em História da Civilização Brasileira; História da Arte (Brasil); Arqueologia aplicada ao Brasil; e Numismática (parte geral) e no 2º ano – Técnica de Museus; História Política e Administrativa do Brasil (Independência até atualidade); Numismática (brasileira); Sigilografia; Epigrafia; Cronologia (SIQUEIRA; GRANATO; SÁ, 2008, p. 149).

No ano de 1944 a estrutura começou a ser repensada para se adequar aos requisitos de um curso universitário, sendo estendida a duração de dois para três anos a fim de instaurar as habilitações para Museus de História ou Museus de Arte. Esta mudança foi firmada pelo Decreto-lei n. 6.689, de 13 de julho de 1944, mediante acordo assinado entre o MHN e a Universidade do Brasil<sup>6</sup>. Desta forma, a grade curricular contemplava dois anos de disciplinas, que visavam uma formação geral, e um ano na área específica. Esta estrutura curricular permaneceu por cerca de 20 anos e seria modificada no ano 1966, com a introdução de disciplinas de metodologia e pesquisa, além da possibilidade de o aluno poder tirar ambas as habilitações após a finalização do curso.

Será apenas na década de 1970, que o perfil do curso começará, efetivamente, a ser repensado. Isto se deve ao impacto de novas correntes de pensamento, como os debates em torno da área de museus e patrimônio, como foi o caso da Carta de Santiago do Chile (1972).

A partir de 1973, o Curso adota o sistema de créditos e a forma de ingresso passa a ser o sistema unificado de vestibular. Em 1974, são suprimidas as habilitações específicas e a duração ampliada para quatro anos (Projeto de Reformulação Curricular, 2007) e, em 1977, o curso foi incorporado à Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro - FEFIERJ, continuando a funcionar nas instalações do MHN. Pelo Decreto-lei nº66.655 de 1979, a FEFIERJ passou a denominar-se Universidade do Rio de Janeiro - UNI-RIO e, em agosto deste mesmo ano, o Curso foi transferido do MHN para o antigo prédio do Centro de Ciências Humanas (CCH), na Urca. (SIQUEIRA; GRANATO; SÁ, 2008, p. 173)

---

<sup>5</sup> “Em novembro de 1930 Gustavo Barroso foi destituído do cargo de diretor do Museu Histórico Nacional por ordem do Presidente Getúlio Vargas. A motivação teria sido o apoio publicamente divulgado de Barroso à candidatura de Júlio Prestes nas eleições do mesmo ano. Neste momento, foi convidado para dirigir o museu o historiador Rodolfo Augusto Garcia.” (FARIA, 2013, p. 86) Inicialmente o curso foi dirigido por Rodolfo Garcia, mas, no 1932 Gustavo Barroso retornou a direção do MHN, assumindo, assim, a frente do Curso de Museus até 1959, ano de seu falecimento.

<sup>6</sup> Atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Foi apenas com sua saída de dentro do MHN e sua passagem para o âmbito universitário que o currículo do Curso de Museus rompeu, definitivamente, com a forma como havia sido pensado por Gustavo Barroso e teve sua estrutura repensada para dar conta da pesquisa e da produção científica seguindo parâmetros acadêmicos. Durante o período em que esteve atrelado ao MHN, de 1932 a 1977, o Curso de Museus foi responsável pela formação de profissionais que atuaram em vários museus e instituições governamentais no Brasil, participando da elaboração de políticas da área de patrimônio, sendo o único Curso de formação disponível até 1969, ano em que foi aberto o Curso de Museologia na Universidade Federal da Bahia.

### **Considerações finais**

Em nosso artigo visamos refletir sobre como as noções de patrimônio, que predominaram no período, e a criação do curso estavam atreladas às ideias de nacionalismo e também de uma criação identitária brasileira.

Podemos observar que não havia uma única concepção do que seria o patrimônio e do que seria o museu. Autores contemporâneos disputavam, a partir de suas ideias, o que deveria estar presente nas instituições que iriam criar memórias. Gustavo Barroso, em sua defesa do que seria o patrimônio histórico, apresentava uma visão de que os homens que haviam participado mais politicamente e militarmente deveriam ser os modelos presentes em museus e que, assim, serviriam de ensinamento sobre o que seria o justo, o correto. Isso em uma visão de que a História, como já afirmava Cícero, era uma grande mestra da vida. Ao considerar que a construção nacional deveria ser feita somente a partir das grandes narrativas de personagens históricos, vistos como importantes - ou seja, homens, brancos, políticos -, Barroso acabou deixando de lado outros sujeitos históricos como as mulheres, a população rural, as e os negros, os e as trabalhadoras.

Mário de Andrade, por sua vez, trouxe uma visão de patrimônio - no mesmo período que Gustavo Barroso - mais plural e diversa, permitindo que uma parcela maior das pessoas pudesse se reconhecer representada, como afirma Chagas:

O projeto de Mário de Andrade para os museus municipais passa pela valorização do existente: do mais singelo ao mais sofisticado, do popular ao erudito, da cópia ao original, do testemunho natural ao cultural, sem a preocupação de coleções fechadas. A narrativa museológica, nesse caso, deveria surgir do diálogo com a população interessada na constituição do museu. (CHAGAS, 2015, p. 96)

Assim, o museu não somente representaria as populações que não eram da elite, mas também seria construído em diálogo entre o povo e a instituição museológica. Percebemos, a partir das visões de museu de Mário de Andrade e de Gustavo Barroso, que havia diferentes noções do que seria o museu e quem nele estaria representado. Como aponta Mariana Ribeiro (2011), o museu iria criar memórias, e a memória social é um campo de disputas. Porém, ainda que os conflitos estivessem presentes, a visão de Gustavo Barroso imperou, e foi a partir dessa visão que se criou o Curso de Museus.

A visão de Barroso foi aplicada no Curso de Museus, no MHN e essa era uma percepção que focava em um tipo particular de indivíduos: os grandes personagens. Essas concepções do que deveria estar presente nos museus, porém, é datada, e as concepções se transformam. A partir de debates trazidos pela Carta de Santiago do Chile (1972), por exemplo, houve visões de que as comunidades deveriam ser integradas nas ações dos museus, sendo seu patrimônio valorizado e entendendo que os objetos museológicos são símbolo da criação cultural humana. Desta forma, os museus podem ser entendidos como espaços que devem englobar a multiplicidade e a pluralidade brasileira e não apenas de um segmento. Como defendido pela *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (documento produzido pela UNESCO), ou pelo Decreto-lei n. 107 de 9 de Setembro de 2001, esses lugares devem evocar a diversidade cultural humana e demonstrar que as mulheres, os e as negras, os e as trabalhadoras existem e possuem lugar nas instituições que ajudam a criar as memórias: os museus.

Apesar de a visão de Barroso ter predominado na formação dos profissionais da área, a história se transforma, e hoje vemos que muitos museus transformaram seus circuitos, trabalhando com sujeitos que antes não eram vistos como agentes históricos. Parte dessas mudanças diz respeito às próprias transformações dentro do campo da Museologia e da formação de seus profissionais, que se inserem no campo de debates e assumem posturas dialógicas diante da multiplicidade de agentes que o museu engloba. Reforçamos, assim, a importância de ações e instituições museológicas que se preocupam, então, em mostrar as diversas histórias da população brasileira, afinal:

Os museus também provocam sonhos, neles estão em pauta memórias e esquecimentos, poderes e resistências, luzes e sombras, vivos e mortos, vozes e silêncios (CHAGAS, 2009, p. 81).

## Referências

ABREU, Regina. Memória, história e coleção. In: *ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL*, 1, 1996, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1996, p. 37-65.

BARROSO, Gustavo. Museu Ergológico Brasileiro. *In: ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL*, 3, 1945, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Imprensa Nacional, 1945, p. 433-448.

BARROSO, Gustavo. O Culto da Saudade. *In: ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL*, 29, 1997, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Histórico Nacional, 1997. p.32-34.

BRASIL. Decreto-lei nº 15.596, de 02 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1922.

BRASIL. Decreto-lei nº 21.129, de 07 de março de 1932. Cria no Museu Histórico Nacional o *Curso de Museus*. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1932.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: Casa Civil, 1937.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.689, de 13 de julho de 1944. Dispõe sobre a organização do Curso de Museus, no Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1944.

BRASIL. Decreto-lei nº 3551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2000.

BRASIL. Decreto-lei nº 107, de 09 de setembro de 2001. Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

BLOCH, Marc. A história, os homens, o tempo. *In: BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, p. 51-60.

CALLARI, Claudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83. 2001.

CHAGAS, Mario de Souza. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freire e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/ IBRAM, 2009. 258p.

CHAGAS, Mario de Souza. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. 2. ed, Chapecó: Argos, 2015.

CHUVA, Márcia. História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, p. 11-27. 2012.

CÍCERO, Marco Túlio. *Brutus/Orator*. Trad. G. L. Hendrickson. LOEB Classical Library: vol. 342. Cambridge, Massachussets, London: Harvard University Press, 1988.

COELHO, Priscilla Arigoni. *Metáforas em rede no processo de institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985)*. 2015. 261 f. Tese

(Doutorado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CURY, Marília Xavier. Museologia: marcos referenciais. In: *Cadernos do CEOM - Museus: pesquisa, acervo, comunicação*. Ano 18, n. 21, Chapecó: Argos, 2005.

DANTAS, Eynaldo Gonçalves. *Gustavo Barroso, o führer brasileiro: nação e identidade no discurso integralista barrosiano de 1933-1937*. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. *O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: o Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (Rio de Janeiro 1922-1958)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998, p. 15-37.

GUIMARÃES, Manuel. Nação e Civilização nos Trópicos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27. 1988.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

PARIS. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 17 de outubro de 2003. Define o que se entende por patrimônio cultural imaterial. Paris: Convenção da UNESCO, 2003.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. *Construindo Histórias e Memórias: o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento pernambucano de 1817*. 2011. 298f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ROCHA, Saulo Moreno. *Esboços de uma biografia de musealização: o caso da jangada libertadora*. 2018. 235 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2018.

SALA, Dalton. Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, 1990: 19-26.

SCHWARCZ, Lilia. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIQUEIRA, Graciele Karine; GRANATO, Marcus; SÁ, Ivan Coelho de Relato de experiência: o tratamento e a organização do acervo documental do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil. *Revista CPC*, São Paulo, n. 6, maio./out., p. 142-169. 2008.

SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus - MHN – 1932-1978*. 2009. 181 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e Missão: o Movimento Folclórico Brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getulio Vargas, 1997.

RUSSIO, Waldisa. Cultura, patrimônio e preservação (Texto III). In: ARANTES, Antônio Augusto. (org.) *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 59-78.